ATA NÚMERO 08/2013

Aos **vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze,** com início às quatorze horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Antonio Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **Rosane Maria dos Santos Brandão**, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Antonio Carlos Martins da Cruz**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Sérgio Baptista Christino,** Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos; **Rita de Cássia Moreira Cóssio Rodriguez**, no exercício da Pró-Reitoria de Graduação; **Luciano Volcan Agostini**, no exercício da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Osório Rocha dos Santos,** Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Edar da Silva Añaña,** Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Antonio César Silveira Baptista da Silva,** Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Marilu Correa Soares**, no exercicio da Direção da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Jonas da Costa Carvalho,** Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Thomaz Lucia Júnior,** Diretor da Faculdade de Veterinária; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia; **Lorena de Almeida Gill,** no exercício da Direção do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Manoel Vasconcellos**, no exercício da Direção do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Rogério Tavares Constante**, no exercício da Direção do Centro de Artes;**Rui Carlos Zambiazi**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Luis Isaías Centeno do Amaral,** Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Althen Teixeira Filho,** suplente da representante dos Professores Titulares; **Denise Marcos Bussoletti**, representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi Hallal,** representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Celeste dos Santos Pereira,** representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Paulo Fernando do Couto Bispo,** representante dos Professores Auxiliares; **Rafael Vetromille de Castro**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Sérgio da Silva Cava**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Edgar Ávila Gandra**, suplente da representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Mário Renato de Azevedo Júnior,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Estela Oliari Garcez,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Alejandro Martins,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Elizabete Helbig,** representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório,** representante Comunitário; **Regia Maria Tavares Nogueira,** representante Comunitária; **André Fehrenbach, Mariluci de Ávila Ferreira, Maurício Pelegrini, Jonathan Silva e Vânia Maria Generoso Silva (suplente),** representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha, Edimar Gonçalves Ribeiro, Gustavo Alves Andrade, João Paulo Voltan Adamoli (suplente), Rosendo da Rosa Caetano, Vilson Borba Pinto e Paulo Koschier (suplente),** representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **Carlos Rogério Mauch,** Vice-Reitor, por estar em férias; **José Francisco Gomes Schild,** Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Vera Maria Freitas da Silveira,** Diretora da Faculdade de Medicina; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do

Centro de Integração do MERCOSUL; **Paulo Bretanha Ribeiro,** representante dos Professores Titulares; **Fábio Vergara Cerqueira**, representante dos Professores Associados; **Carolina Ziebell Carpena,** representante dos Professores Auxiliares; **Leo Peixoto Rodrigues,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Inezita Silveira da Costa,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **José Luiz de Pellegrin,** representante do COCEPE; **Carlos Mário Almeida dos Santos,** representante Comunitário; **Renan Martinez e Daniel Filizola,** representantes discentes. Constatada a existência de quorum, o senhor presidente deu início à reunião cumprimentando os novos conselheiros representantes das classes de professores titulares, associados, coordenadores de cursos de graduação e coordenadores de cursos de pós-graduação. Passou a seguir, à análise da pauta. **Item 01** – INFORMES: **1)** O conselheiro Mauricio Pelegrini solicitou incluir um ponto na pauta, sobre ocorrência do processo eleitoral no Hospital Universitário. **2)** O senhor presidente informou que na sexta-feira anterior havia realizado reunião com Diretores de Unidades, como conseqüência da que haviam feito junto aos Diretores, em março de 2013, ara constituição de três matrizes (distribuição de recursos orçamentários para Unidades Acadêmicas, matriz para distribuição de servidores técnico-administrativos e matriz para distribuição de docentes). Haviam sido constituídas três comissões para realizar esses trabalhos. Na reunião de sexta haviam discutido as propostas de cada uma das comissões e estipularam um calendário para definição destas matrizes. Esperavam chegar a um consenso e que o resultado pudesse vir a ser apreciado pelo Conselho Universitário. Pretendiam que as próximas reuniões acontecessem ainda no mês de agosto. **3)** Informou que naquele dia acontecera uma reunião de outro grupo de trabalho constituído havia quarenta dias, por indicação dos estudantes, que haviam reivindicado um estudo para gratuidade do transporte entre a cidade de Pelotas e o Campus Capão do Leão. O movimento Pé na Catraca representava os estudantes e passados quarenta dias do início dos trabalhos a reunião foi realizado no Auditório da FAEM, para apresentar os movimentos deste grupo de trabalho. O Governo do Estado elaborou um projeto de passe livre para estudantes nas regiões metropolitanas. O projeto foi endereçado à Assembléia Legislativa, que passou a discutir esse tema e, tendo em vista um conjunto muito grande de emendas que o projeto recebeu, o Governo retirou o projeto da ordem do dia da Assembléia, mas mantém a intenção de implementar uma política direcionada ao passe livre nas áreas metropolitanas. Aconteceram duas reuniões com o presidente da Metroplan, mais um conjunto de técnicos com intenções de discutir o tema da qualidade, da manutenção do leito da via que une o trevo da Avenida Três de Maio e Avenida Eliseu Maciel que vai até o Campus e foi constituída uma intenção que resultará em um convênio assinado pela Metroplan e Reitoria, constituindo um grupo que vai estabelecer uma pesquisa que vai estabelecer uma relação desde a origem do local de moradia dos estudantes e também levantamento efetivo do número de usuários estudantes destas linhas. Um conjunto grande de questões que serão firmadas em agosto, baseado na busca da qualidade, dos horários e da trafegabilidade daquele espaço e paralelo a isso o grupo de trabalho desenvolveu duas reuniões para convidar a Prefeitura Municipal, através da secretária Joseane Almeida , da Secretaria de Gestão das Cidades e Mobilidade Urbana e o Engenheiro Jorge Lima Lange, diretor do SESC/SENC, para compor um grupo técnico, junto com professores das Unidades Acadêmicas, que tenham competência nessa área, para que possa ser construído um projeto de ensino, visando fazer um grande levantamento dos dados necessário s para ser feito estudo a respeito de alternativas com o objetivo de melhorar a qualidade, redução da tarefa e quem sabe a gratuidade do serviço. Existe um cronograma de trabalho até o final do ano. **4)** Convidou especialmente os Coordenadores dos Cursos de Graduação para a realização de seminário de formação de coordenadores de cursos de graduação, com palestra da Professora Maria Beatriz Luz, ex-Reitora da UNIPAMPA e ex-integrante do Conselho Nacional de Educação. **5)** Informou ainda o lançamento de edital para aquisição de equipamentos de laboratórios para os cursos de graduação e compra de material bibliográfico, no valor de total de dois milhões reais, com o objetivo de estabelecer um novo relacionamento entre Administração Central e Coordenações de cursos, em especial no que diz respeito à aquisição

de equipamentos e manutenção. Deveria ser aprovado pelos Colegiados de Cursos, pelos NDEs e posteriormente pelos Conselhos das Unidades Acadêmicas. Cada curso poderia apresentar até quarenta mil Reais. 6) A conselheira Márcia Pinto disse que sua dúvida se relacionava às comissões que haviam elaborado matrizes para distribuição de vagas. Lembrou que o trabalho da Comissão de distribuição de técnicos não estava sendo obedecido e solicitou esclarecimentos, pois os técnicos já estavam sendo distribuídos e não de acordo com o trabalho e critérios da comissão. O senhor presidente respondeu que enquanto os critérios da comissão não fossem aprovados pelo coletivo, eles não seriam implementados. Haviam tomado um dos preceitos da comissão, que parecia razoável, tendo em vista as conseqüências dos preceitos bem como a chegada de concursados, que foi de que a metade dos técnicos seriam distribuídos para as Unidades Acadêmicas e metade para a Administração. Utilizaram também o preceito de que foi o compromisso que devolveriam às Unidades Acadêmicas o número de técnicos que haviam sido convidados para trabalhar na Administração. Distribuíram treze técnicos para as Unidades; supriram também algumas demandas de Colegiados de Cursos, onde os professores estavam atuando como técnicos, na cota das Unidades Acadêmicas (em número de três) e para as Unidades Acadêmicas ficou resguardado o número sobrante (43), pois são oitenta e seis vagas distribuídas. Para a Administração Central foram distribuídos 23 técnicos. Em primeiro de maio receberiam mais dezesseis técnicos para a cota da Administração. Foi criado um cronograma de definição da matriz de técnico-administrativos que seria anterior à chegada dos novos técnicos a serem distribuídos. 7) Relatou o ofício do DCE, que solicitava que nas atas das reuniões do CONSUN, no ano de 2013, constasse a fala integral dos representantes discentes. Disse que estariam acolhendo a solicitação do DCE e a idéia era de que as atas realmente retratassem as falas, o que daria um volume bem grande de declarações. **8)** Eleição do Conselho do Hospital Escola, do CEng. A eleição do HE havia sido um compromisso da atual administração para os servidores, no sentido de eleger na forma de voto direto a equipe diretiva do HE. A eleição foi feita pelo voto universal e a nova direção já havia sido empossada. Pediu ao conselheiro Carlos Tillmann que desse o informe da eleição do CEng. Este falou que a eleição acontecer nos dias 12 e 13 de julho, com três candidatos a Diretor Geral e dois candidatos a Diretor Adjunto. Ficou colocado como Diretor Geral o Professor Claudio Duarte e o Professor Denis Franco, como Diretor Adjunto. Despediu-se de todos e aconselhou que todos procurassem passar por este fórum, que era engrandecedor. 9) O conselheiro Pedro Hallal perguntou sobre a eleição do CEAD. O senhor presidente respondeu que a Administração recebera da Direção do CEAD uma notificação de que no dia 28 de dezembro haviam realizado uma eleição, cuja direção assinara um termo de que permaneceriam por seis meses no cargo e ao final do período chamariam eleição. No primeiro semestre foi feito um conjunto de reuniões com a comunidade do CEAD e foi indicado que caminhariam para a migração dos Cursos de Graduação do CEAD para as Unidades respectivas, por uma concepção de qualificação e valorização do ensino acadêmico da UFPel. Acolheram a renúncia da equipe diretiva e nomearam uma equipe Pró-Tempore. Pretendia que nas próximas reuniões do Conselho já pudessem ter condições legais de trazer o assunto para debate. Primeiro deverá ser extinguido o CEAD para depois criarem a Coordenação de Educação a Distância. **10)** O conselheiro Maurico Pelegrini disse que tinha dúvidas sobre a questão da eleição do HE se retomariam a discutir em algum momento, pois gostaria de entender melhor como havia se dado a implantação do processo, visto que os professores não puderam participar da formação de chapas. Os alunos da Enfermagem, mesmo não estando todos os semestres no hospital, passam boa parte nele e não tiveram acesso à lista de quem poderia votar. Disse que o processo havia sido muito rápido e gostaria de solicitar que o assunto fosse incluído em outra reunião ou no final da presente reunião, para que todos pudessem entender porque a classe docente havia sido impedida de participar de alguma chapa. Em relação à Direção do CEAD, perguntou por quanto tempo duraria a questão Pró-Tempore, pois a seu ver a Professora Heloisa havia feito um ótimo trabalho. O senhor presidente respondeu que em relação ao CEAD, gostaria de deixar o assunto para a próxima reunião, quando seria entregue proposta de Resolução específica sobre o tema e quanto à eleição do HE, poderiam discutir ainda naquela reunião no item outros assuntos.

Dando sequência à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 02**: Aprovação das Atas 03, 04, 05 e 06/2013. Ata 03: Não havendo manifestações a ata foi colocada em regime de votação, sendo aprovada, com abstenções. Ata 04: O conselheiro Edar Añaña solicitou que na linha 218, sua manifestação deveria ser corrigida: disse que da forma como estava parecia ter ocorrido uma provocação gratuita de sua parte aos Pró-Reitores, o que não havia ocorrido. No momento em que havia solicitado que a votação fosse secreta, o conselheiro Gilberto Collares havia feito uma colocação muito incisiva, pedindo que expusesse quais as razões que ele tinha para ter se posicionado daquela forma. Como a ele parecia que nenhum conselheiro necessitasse da outorga do conselheiro Collares para exercer suas prerrogativas, teve que dar uma resposta. Poderia ter feito no mesmo tom, já que se tratava de um revide, mas em consideração ao Conselho, preferiu se manifestar com ironia, dizendo que os Pró-Reitores deveriam se abster. Solicitou que ficasse colocado que a seu pedido de votação secreta, havia acontecido uma interpelação do Pró-Reitor de Planejamento perguntando o porquê de seu posicionamento, havia respondido daquela forma. Não havendo mais colocações, o senhor presidente colocou a ata em regime de votação, que foi aprovada por maioria. Ata 05: Sem manifestações, foi colocada em regime de votação, que foi aprovada com abstenções. Ata 06: Também sem manifestações, foi colocada em regime de votação, que foi aprovada com abstenções. A seguir passou ao **Item 03**: Memorando nº 06/2013 do Centro de Gerenciamento de Informações e Concursos – Solicitação de indicação do representante do Conselho Universitário, para nova constituição do Comitê de Tecnologia da Informação. O senhor presidente informou que o Comitê tem por objetivo estabelecer a política de informação da Universidade, fazendo um conjunto de análises e inclusive passaria pelo Comitê a aquisição de material de informática e cabia a ele administrar a política de informática para a UFPel. Disse que havia conversado com o Professor Luis Isaías Centeno do Amaral, este se pusera a disposição de integrar o Comitê. Deixou espaço para outras manifestações e indicações. N ao havendo manifestações, foi colocado em apreciação o nome do Professor Luis Isaías para representar o CONSUN no Comitê de Tecnologia da Informação, que foi aprovado por unanimidade. De pronto passou ao **Item 04**: Processo nº 23110.003605/2012-52 do CDTec – Criação de nova Unidade Acadêmica (Centro de Estudos da Terra). O senhor presidente disse que na verdade esse era um processo que iniciara a sua tramitação no dia 19 de abril de 2012, havia percorrido algumas instâncias da Universidade, tendo sua origem através de um memorando assinado pelos Coordenadores de Curso de Engenharia Geológica e do Petróleo. Havia sido analisado junto ao Colegiado do CDTec, depois retornado ao Conselho Universitário, que havia se manifestado no sentido de que o CDTec se posicionasse a respeito da criação deste novo Centro. O processo não havia retornado à pauta do Conselho e no momento estava sendo trazido para análise da manifestação do Conselho do CDTec. Fez a leitura da manifestação do Conselho, emitido no dia 30 de novembro de 2012: "A criação de um novo Centro deve ser precedida de uma profunda análise e reflexão sobre a atual estrutura administrativa das Unidades Acadêmicas. O momento que a Universidade vive, em que uma nova equipe se prepara para assumir a Administração Central, não é propício para esta reflexão. A definição de regras claras para constituição de novas Unidades, o que certamente fará parte do novo Estatuto e Regimento da Universidade, permitirá a estruturação de Unidades Acadêmicas sólidas e eficientes. Portanto, nossa posição é de que não deve ser tomada nenhuma definição sobre o tema no presente momento". Disse que o encaminhamento foi no sentido de acatar o parecer do Colegiado do CDTec, de não ser criado o Centro de Estudos da Terra e isso certamente poderia retomar esse tema, quando do processo constituinte. Deixou a palavra com o conselheiro Odir Delagostin, para fazer sua manifestação. Este disse que gostaria de prestar mais alguns esclarecimentos, para que todos entendessem o contexto da proposta. Essa proposta surgiu de iniciativa do Professor Novaes, com apoio dos professores dos Cursos de Engenharia Geológica e de Petróleo e Geoprocessamento. Ela previa a criação de outros cursos, novos cursos de graduação neste Centro e não seriam apenas estes três cursos. Seriam inclusive cursos fora de sede, principalmente em Candiota e Pinheiro Machado. Estes cursos não haviam sido criados, pois a proposta não foi acatada e internamente no CDTec o tema havia sido bem discutido e, pensando no que seria melhor para a

Universidade como um todo, a maioria deliberou por não acatar a iniciativa. O CDTec é uma Unidade grande e que continuaria viável mesmo sem esses três cursos. Continuaria uma Unidade sólida, portanto não afetaria o CDTec em si, porém acreditava não ser o momento para criação de novas Unidades Acadêmicas e sim a consolidação das que já existiam. Disse que esta foi a deliberação do Conselho na época e acreditava que a posição não havia mudado até aquele presente momento. Acreditava que esta deveria ser a indicação do Conselho. Sem mais manifestações, o senhor presidente colocou o assunto em regime de votação e foi aprovado o parecer do CDTec, para não criação do Centro, com algumas abstenções. A seguir o senhor presidente informou que no seguimento estava descrita uma série de aprovações emitidas "ad referendum", que havia sido levado a tomar pela urgência desta aprovação: **Item 05**: Processo nº 23110.003433/2013-06 do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – portaria de criação do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (Homologar criação "ad referendum"). Informou que o Conselho Universitário já havia criado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, com sede fora de Pelotas, com funcionamento em Pinheiro Machado. Posteriormente o curso passou a funcionar também em Pelotas. A equipe do MEC viria avaliar os curso de Pelotas e foi decidido aprovar a criação deste curso de forma emergencial. A conselheira Gladis perguntou a que Unidade o curso estava atrelado, ao que o senhor presidente respondeu que estava lotado no CIM. A conselheira Celeste solicitou a informação a respeito da estrutura do curso, pois a Universidade estava vivendo um momento importante de precarização e estavam criando novos cursos. Sabia que existiam vários cursos na Universidade funcionando de maneira bem precária e gostaria de entender como estava a situação deste. O senhor presidente solicitou trazer os dados na próxima reunião do Conselho, pois este curso já estava em andamento e naquele momento não teria dados completos para informar. O conselheiro Odir Dellagostin sugeriu que o assunto fosse retirado de pauta e analisado na próxima reunião, quando tivessem mais detalhes. O conselheiro Antonio Cruz forneceu algumas informações, para auxiliar o esclarecimento dos conselheiros: O curso de Pelotas estava ligado ao de Pinheiro Machado, que contava com 150 alunos e professores regulares, que se deslocavam diariamente de Pelotas para aquela cidade, em uma vã da Universidade, o que acarretava custos consideráveis para a Instituição. O curso de Pelotas contava com 120 alunos que assistiam aulas no prédio do IFM, localizado na Rua Andrade Neves. Não entendia que outras colocações deveriam ser mais acrescentadas, para que a homologação acontecesse. Após várias manifestações de outros conselheiros, o conselheiro Odir Dellagostin, disse que no momento em que fizera a sugestão, não havia pensado em prejudicar o curso e colocou que deveriam homologar e o assunto fosse melhor esclarecido na próxima reunião. A conselheira Celeste disse que não seria ela a causar prejuízo para qualquer curso. Disse que queria deixar registrado seu descontentamento com o fato, pois já haviam vivido situações semelhantes no passado, de ter de aprovar o que já estava concretizado. Disse que esperava que fossem evitadas situações como esta, para que não tivessem de votar em algo que os conselheiros não tivessem certeza de como era realmente. O senhor presidente respondeu que não era costume da Administração produzir ad referendum se não fosse absolutamente necessário, mas precisava homologar no Conselho o que só existia por meio de Portaria. Colocado em regime de aprovação a homologação foi aprovada por unanimidade pelo Conselho. **Item 06**: Processo nº 23110.001527/2013-32 do Curso de Terapia Ocupacional – Mudança de lotação do Curso (Homologar "ad referendum"). O senhor presidente relatou que este curso havia sido criado por este Conselho e estava sendo relotado para uma Unidade Acadêmica. O assunto havia sido aprovado pelo COCEPE no dia quatro de abril, após concordância com o Conselho Departamental da Faculdade de Medicina e do Colegiado do Curso. O conselheiro Brettas perguntou se isso implicaria a relotação dos professores e alunos do curso ao que o senhor presidente respondeu afirmativamente, sendo que os professores ficariam lotados nos Departamentos já existentes, não implicando a criação de novos Departamentos. Colocado em regime de votação, o processo foi homologado, com dois votos contrários e duas abstenções. **Item 07**: Processo nº 23110.000362/2013-81 da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – Emissão de Portaria de Mudança de lotação do Curso de Psicologia

(Homologar criação "ad referendum"). O senhor presidente relatou que este curso havia sido chamado pela atual Administração, para discutir sua lotação e os alunos e docentes optaram por ficarem na Faculdade de Medicina, que foi favorável, através de reunião do CD e o COCEPE também aprovou em reunião do dia dois de maio de 2013, conforme indicação do Colegiado do Curso e do CD da FaMed. Não havendo manifestações, o assunto foi colocado em regime de votação, sendo aprovado com abstenções. **Item 08**: Resolução nº 05/2013 (Homologar "ad referendum"). O relator explicou que a Resolução tratava do processo de escolha dos representantes técnico-administrativos para a eleição para o período 2013/2015. Disse que o Conselho Universitário em 1992 emitiu Resolução que define o processo de escolha dos representantes dos servidores técnico-administrativos. O processo é chamado pelo Vice-Presidente do CONSUN, mas tem a participação da ASUFPel, que solicitou uma alteração do artigo quarto que tratava do horário de funcionamento das urnas. Foi solicitada a alteração do horário, para ampliar a participação dos servidores no processo de eleição. Leu a redação do artigo 4º, que seria alterado: "*A eleição será realizada em um dia, no horário compreendido entre as seis horas e vinte horas, cabendo à junta eleitoral a definição sobre o horário de funcionamento de cada uma das urnas, respeitando a especificidade apresentada pelos locais de votação*". Colocada em regime de votação a Resolução foi aprovada por unanimidade. **Item 09**: Resolução nº 06/2013 – Registro de identidade social de estudantes, técnico-administrativos e docentes (Processo nº 23110.000782/2013-68). O relator falou que, em seis de fevereiro deste ano, a Pró-Reitoria de Graduação havia iniciado a tramitação de um processo visando, já no ato da matrícula do SESu de 2013, permitir que os estudantes pudessem fazer o registro de seu nome social junto aos documentos oficiais da Universidade. A solicitação havia sido encaminhado para a Procuradoria Geral da UFPel e ao longo desta tramitação a Administração recebeu documento do Diretório Central de Estudantes - DCE, na mesma direção, solicitando também que a Universidade pudesse adotar o registro de identidade social dos estudantes. Havia recebido o parecer da AGU e ficara sabendo de uma resolução da Universidade de Brasília que aperfeiçoava o tratamento deste tema e foi solicitada a análise pela Procuradoria desta Resolução da Fundação Universidade de Brasília, que depois de considerá-lo emitiu parecer definitivo se colocando favorável à possibilidade da emissão de uma Resolução do CONSUN, nos termos que estavam sendo apresentados. Disse ser um histórico importante, visto as grandes reivindicações em movimentos estudantis pelo Brasil, com o claro objetivo de evitar constrangimentos e qualquer tipo de exclusão. Fez a leitura da Resolução: *"RESOLUÇÃO nº 06 DE 29 DE JULHO DE 2013. O Presidente do Conselho Universitário - CONSUN, Professor Mauro Augusto Burkert Del Pino, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o artigo 5º da Constituição Federal que afirma textualmente 'Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; CONSIDERANDO a solicitação de 'Orientação sobre o procedimento para efetuar o registro de nome social de alunos Transexuais no Sistema Acadêmico', consulta a Procuradoria Jurídica pelo Departamento de Registros Acadêmicos, em 06/02/2013 e o parecer jurídico nº 235/2013/PF-UFPEL/PGF/AGU, de 21/05/2013, bem como o parecer PJU nº 322/2012. RESOLVE: APROVAR "ad referendum" do Conselho Universitário o que segue: Todos os órgãos internos encarregados dos registros dos estudantes, servidores técnico-administrativos e professores da Universidade Federal de Pelotas (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Registro Acadêmico, Coordenações e secretarias dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu - Especialização, Mestrado e Doutorado), devem manter arquivo reservado com a identidade civil e número de matrícula e/ou de registro funcional; Todos os órgãos internos encarregados dos registros dos estudantes, servidores técnico-administrativos e professores da Universidade Federal de Pelotas devem substituir a identidade civil pela identidade social seguida de número de matrícula ou SIAPE em documentos e arquivos públicos (listas de chamada, carteira de identificação de estudante, carteira de identificação*

funcional, lista de participante de programa de benefício, entre outros), sempre e somente a pedido do (a) interessado (a); O pedido para substituição da identidade civil pela identidade social deverá ser feito diretamente no órgão de registro vinculado, por escrito e assinado pelo(a) interessado(a); Os órgãos internos encarregados dos registros dos estudantes, servidores técnico-administrativos e professores da Universidade Federal de Pelotas (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Departamento de Registro Acadêmico, Coordenações e secretarias dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu - Especialização, Mestrado e Doutorado) devem executar integralmente a partir do 2º semestre letivo de 2013. Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e nove dias do mês de julho de 2013. Prof. Mauro Augusto Burkert Del Pino. Presidente do CONSUN". Deixou a palavra em aberto para manifestações. Em resposta ao questionamento de como seria feito o registro nos diplomas, o senhor presidente respondeu que neste constaria o nome civil, a Resolução serviria apenas para os órgãos internos, a menos que o aluno fizesse a troca de seu nome oficialmente. O conselheiro Maurício Pelegrini se manifestou no sentido de que considerava um grande avanço da Universidade a emissão desta Resolução, pois a UFPel tem um considerável número de transexuais. Falou que outros estudos deveriam ser feitos, como por exemplo a questão de banheiros, que para essas pessoas é algo que não é muito tranqüilo. Solicitou que ficasse registrado o nome do aluno que escreveu o projeto, Maycon Moreira, representante discente no Conselho, mas que não pôde estar presente na reunião. Lembrou que a FURG já adotara este procedimento. Colocada em regime de votação, a Resolução foi aprovada com duas abstenções. **Item 10**: Constituinte Universitária: O senhor presidente solicitou ao Conselho a autorização para participação do Professor Alvaro Hypólito, para relatar a apresentação d proposta, para darem início às discussões sobre o tema. Falou que estaria distribuindo a proposta para o processo constituinte, sendo documento inicial para que pudessem dar início às discussões em torno deste importante tema que vinha sendo reivindicado pela Comunidade Acadêmica, que era a reestruturação de seu ordenamento legal, que remontam a segunda metade do século vinte, exatamente do ano de 1969 e desta data até o presente muitas alterações já se fizeram na sociedade e em todo nosso país, nos aspectos sociais, culturais e econômicos e culturais. A idéia era de que pudessem tornar a Universidade mais condizente com o seu tempo e mais habilitada para tratar cientificamente da produção do conhecimento e da relação que deveremos estabelecer com o mundo do trabalho e que, em especial no século vinte e um, vem se modificando de forma bastante acelerada e essa dinamicidade implica também em um conjunto de normas, um regimento e um Projeto Pedagógico Institucional em acordo com as necessidades contemporâneas. Ao longo do ano anterior, durante o processo eleitoral este tema havia sido profundamente debatido por todos os candidatos e eles, representado aquele debate, se propuseram a apresentar ao CONSUN, para deflagrar um processo constituinte, que previa as profundas reflexões sobre as necessidades da Universidade e a partir daí a produção de um novo Projeto Pedagógico Institucional e a partir deste traçar um Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI que é um dos instrumentos importante para avaliação dos cursos de graduação que ainda não havia sido elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário. Solicitou que um dos conselheiros fizesse a leitura do documento: *"PROPOSTA PARA O PROCESSO CONSTITUINTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – DOCUMENTO INICIAL PARA O CONSELHO UNIVERSITÁRIO. 1. Introdução: No contexto atual de profundas modificações culturais, científicas, sociais, políticas e econômicas por que passam as sociedades brasileira, latino-americana e mundial, a universidade deve ser repensada para rearticular o seu projeto como instituição científica e acadêmica, comprometida com o desenvolvimento social e com as mudanças requeridas para uma sociedade menos desigual e mais justa e solidária. A reestruturação produtiva, as inovações tecnológicas e a globalização avançam para uma sociedade do trabalho cada vez mais implicada com o conhecimento, a produção científica e a formação de profissionais capazes de intervir e atuar nesse contexto. A possibilidade da democratização do conhecimento torna-se muito mais acessível e viável, porém ainda distante de amplas camadas sociais, dada*

a profunda desigualdade social que vivenciamos. Cabe à universidade pública somar-se a um projeto científico e social comprometido com um desenvolvimento social abrangente, economicamente mais justo, politicamente democrático, cientificamente inclusivo e ambientalmente sustentável.A Universidade Federal de Pelotas, por sua trajetória regional, deve estar atenta às necessidades, aos desafios e aos avanços sociais, culturais e econômicos da realidade local e, por sua natureza institucional, aos avanços científicos e culturais que se fazem na sociedade global. Para uma universidade, para todos que nela estudam e trabalham, não resta outra função senão pensar e agir local e globalmente. Nesse ambiente a universidade tem a tarefa de pensar a si mesma para enfrentar os desafios do século XXI. Dentre esses desafios impõe-se à comunidade acadêmica uma atualização das formas, normas e estruturas de regramento da UFPel. A universidade, como instituição secular, sempre esteve organizada a partir da autonomia e da participação ativa da sua comunidade, muito embora regimes autoritários sempre tenham buscado reduzir essa autonomia e tentado determinar suas formas de organização e de governo. As comunidades acadêmicas têm resistido a essas investidas e lutam para garantir formas democráticas de decidirem seus destinos.É nesse cenário que a CONSTITUINTE UNIVERSITÁRIA se apresenta. A UFPel está regulada por uma estrutura normativa desatualizada para esse novo contexto e ainda guarda resquícios de uma legislação autoritária, do período da reforma universitária imposta pelo Regime Militar – portanto, anteriores à Constituição atual –, que têm sido determinantes para manter a Universidade apartada dos desafios do seu tempo e com vestígios de conservadorismo. Reposicionar a UFPel no cenário local, regional e global, a fim de atender aos nossos desafios contemporâneos, exige uma profunda mudança nos seus estatutos e regimentos, na constituição maior de sua institucionalidade.Por menos evidente que possa parecer, o impulso ao ensino, à pesquisa e à extensão em uma perspectiva de Universidade criticamente sincronizada a esse contexto, cumprindo seu papel no desenvolvimento social, científico, político e econômico da sociedade, passa por uma revitalização das suas estruturas ora vigentes. Daí a importância e o papel estruturante de uma "Constituinte" que venha a configurar uma nova ordenação normativa para a UFPel.Este processo não pode ser apenas "estatuinte": é preciso construir o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ferramentas fundamentais para o processo de mudança a que a UFPel está chamada a trilhar se quiser enfrentar com êxito os desafios do nosso tempo.Importa destacar, portanto, o necessário compromisso da comunidade acadêmica da UFPel com este processo. No recente pleito democrático de escolha para Reitor este foi um dos temas muito debatidos e a comunidade manifestou objetivamente seu descontentamento com o atual conjunto de normas que regem a instituição. A Constituinte, como forma de recriar a estrutura normativa da UFPel, foi mais do que um compromisso programático do Movimento Reconstrução e do atual Reitor: foi uma decisão da comunidade para construir uma nova Universidade. Este é um compromisso inarredável da atual gestão da UFPel. 2. Pressupostos: A fim de construir um processo sólido, consistente, profundo e legítimo é crucial que a constituinte esteja baseada em pressupostos democráticos e participativos. Desde a aprovação da Constituição Brasileira, de 1988, a gestão democrática e a autonomia universitária fazem parte da vida educacional em nosso país. Isso foi reafirmado, com toda a clareza possível, na Lei n. 9394/1996, inciso VIII do art. 3°, e no art. 56, onde os princípios da gestão democrática estão apresentados como exigência. Decorre desses pressupostos que a vida universitária deve se constituir em um espaço de democracia, a qual não deve ser somente um pressuposto legal, mas um espaço de aprendizagem. A vida universitária configura-se como ambiente de convivência e socialização determinante para a vida futura da comunidade universitária e estudantil. É também um espaço de convivência social e política em que estudantes, docentes e técnico-administrativos vivenciam a cidadania. Mais do que um locus de democracia e de socialização do conhecimento, a vida nos campi universitários deve se constituir em um processo pedagógico de práticas cidadãs. Ora, não se aprende democracia sem prática democrática. Para tanto, é vital o envolvimento ativo e participativo de toda a comunidade acadêmica, participação de todos os que estudam e trabalham na universidade. Todavia, isso não será suficiente sem o

envolvimento e a participação de segmentos da sociedade civil organizada. A universidade pública, como instituição patrocinada e financiada pela sociedade, deve não somente uma retribuição, em termos de prestação de contas, mas fundamentalmente deve auscultar a sociedade para adequar suas finalidades aos anseios e necessidades sociais. Enfim, a constituinte deve ser orientada por discussões amplas e participativas, mas sem perder a objetividade que deve ter um processo legislativo instituidor das regras e normas de uma universidade. Deve estar regulada por princípios éticos e democráticos, guiados pelo caráter amplo e participativo da democracia e por um processo envolvente que permita e promova uma comunidade ativa. Para o sucesso de tal empreitada há a necessidade de um compromisso institucional com o processo participativo. O compromisso da administração central da UFPel, dos conselheiros dos órgãos colegiados, dos dirigentes de todas as unidades e das entidades de classe (ASUFPel, DCE e ADUFPel) será imprescindível para que a universidade possa ter um novo Projeto Institucional e um novo ordenamento de poder, mais democrático e participativo, que a coloque na posição que deve estar uma universidade pública, gratuita e com qualidade. 3. Metodologia: A proposta de metodologia aqui apresentada inclui como pressuposto uma ampla mobilização da comunidade universitária, que se inicia com a apresentação da discussão da constituinte no Conselho Universitário, com a divulgação e validação da proposta de trabalho na comunidade acadêmica, e com a apreciação, pelo CONSUN, do cronograma e de orientações gerais de todo o processo. Após a proposta metodológica da Constituinte Universitária ser debatida e aprovada pelo CONSUN, haverá também a imperiosa necessidade de realização de amplos debates nas unidades acadêmicas e setores administrativos para que a comunidade universitária possa aprofundar as discussões sobre o Projeto Institucional (PPI e PDI) da Universidade e o novo ordenação normativa da UFPel (Estatuto e Regimentos). Parte importante desse processo de debates e estudos é a organização de seminários temáticos para subsidiar a comunidade sobre os principais temas a serem debatidos. Para subsidiar as discussões sobre esses temas, a Administração tomará a seu cargo o planejamento e a execução de um programa de debates com a participação de especialistas de renome, abordando as seguintes questões: Universidade e sociedade na contemporaneidade;O perfil do egresso e a concepção de formação acadêmica; O desafio da ampliação do acesso e da permanência com qualidade acadêmica; A articulação entre ensino, pesquisa e extensão como base formativa; O perfil docente e do técnico-administrativo em educação e a política de desenvolvimento profissional; A estrutura universitária e a democratização da gestão frente à concepção de formação acadêmica. Os seminários deverão ocorrer entre agosto e dezembro do corrente ano e as atividades acadêmicas serão suspensas durante o horário de sua realização. 4. Eleição da Constituinte: 4.1. Período: A eleição ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, compreendendo períodos específicos para inscrição de chapas, campanha e sufrágio. Ao longo do segundo semestre, a Comissão Eleitoral (ver item 4.3.) deverá produzir um regimento eleitoral, tomando em consideração as orientações básicas fixadas pelo CONSUN. 4.2. Regramento eleitoral para a Constituinte: O processo eleitoral deve ser regulado a partir dos seguintes critérios e princípios básicos: Eleições nos três segmentos, com listas ("chapas") específicas por segmento (estudantes votam em estudantes, professores em professores, técnicos em técnicos). É livre a formação de coalizões de listas de diferentes segmentos. Não será permitida a participação em mais de uma lista. Cada segmento elegerá 15 (quinze) representantes constituintes. Os constituintes serão eleitos com base na proporção dos votos recebidos por cada lista, em cada segmento. As listas serão inscritas com um mínimo de 15 (quinze) e um máximo de 30 (trinta) nomes. A ordem de apresentação dos nomes definirá a ordem de ingresso dos constituintes de cada lista. Por exemplo: uma lista que receba 20% dos votos em seu segmento terá direito a três (3) constituintes, que serão os três primeiros indicados da lista. A inscrição das listas deverá conter o nome completo do candidato e o número do SIAPE (em caso de servidor) ou o número de matrícula (em caso de estudante), bem como texto assinado pelos candidatos, contendo as propostas a serem apresentadas durante o processo eleitoral. Reitor e Vice-Reitor serão membros natos da Constituinte. 4.3. Coordenação do processo eleitoral: A Comissão Eleitoral

do Processo Constituinte da UFPEL será composta por nove membros: - Três membros indicados pela Administração Central (o Coordenador de Processos Participativos da UFPEL, mais dois servidores); - Três membros indicados pelo Conselho Universitário (sendo um docente, um técnico e um discente); - Três membros indicados pelas entidades representativas dos segmentos (ADUFPEL, ASUFPEL, DCE-UFPEL). 4.4. Participação da comunidade externa: Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de seu funcionamento, a Constituinte deverá realizar um conjunto de audiências, reunindo diferentes segmentos da comunidade externa que – com base nos programas apresentados pelas listas, no debate eleitoral e no documento-base da comissão especial do CONSUN – deverão manifestar suas posições acerca da formulação do PPI, do PDI e do novo estatuto da UFPEL. Essas audiências deverão reunir a Constituinte com os seguintes grupos de atores: Prefeitos da região de influência da UFPEL e representante do Governo Estadual; Representantes das Câmaras de Vereadores da região; Representantes dos Conselhos Municipais de Educação da região e do Conselho Estadual de Educação; Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) e representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento; Representantes das entidades sindicais da região; Representantes dos fóruns de movimentos sociais da região; Representantes das entidades empresariais da região. Cada uma dessas audiências poderá eleger 1 (um) representante, que poderá participar como observador convidado da Constituinte, com direito a voz, mas sem direito a voto. Estas entidades serão notificadas do convite antecipadamente ao início do processo constituinte, pela Coordenação de Relações Interinstitucionais, para que possam acompanhar de forma atenta o desenvolvimento dos debates desde o início do processo. 4.5. Elaboração do texto base: A fim de auxiliar o trabalho parlamentar da Constituinte Universitária, uma Comissão Especial de Textos Básicos será formada para a elaboração de minutas dos seguintes documentos: PPI, PDI e Estatuto. Esta comissão será constituída por membros do CONSUN eleitos entre seus pares, na seguinte composição: o Reitor; dois (2) docentes; dois (2) técnico-administrativos; dois (2) estudantes. A comissão deverá iniciar seu trabalho imediatamente após a aprovação da proposta pelo CONSUN e deverá apresentar a versão final dos textos básicos em até 60 (sessenta) dias após a eleição dos constituintes. A formulação dos textos deverá levar em consideração: os subsídios dos seminários temáticos, as propostas apresentadas pelas chapas, os debates eleitorais e a composição da Constituinte (expressa pelo peso de cada proposta no resultado final da eleição). Caberá ao plenário da Constituinte avaliar soberanamente a utilização (total, parcial, nula) dos textos básicos produzidos pela Comissão. 4.6. Cronograma: Submissão da proposta ao CONSUN- Jul 2013; Discussão da proposta na universidade e Aprovação no CONSUN - Ago 2013; Seminários temáticos de subsídio ao debate - Ago-Dez2013; Processo eletivo da Constituinte - Jan-Fev2014; Férias acadêmicas 2013/II-2014/I - Mar 2014; Consulta às organizações da comunidade externa e finalização dos textos básicos (comissão especial) Abr-Mai 2014; Elaboração dos textos finais pela Constituinte - Jun-Dez 2014". Após uma hora e trinta e cinco minutos de colocações e manifestações por parte dos conselheiros o senhor presidente disse que saía da reunião muito contente e entusiasmado, pela receptividade que o Conselho demonstrara, para darem início ao debate e também com o comprometimento explicitado por todos os conselheiros, que registraram, através de suas falas, entusiasmo e comprometimento com o que a comunidade esperava de todos, que era a reformulação do Estatuto e a construção de um bom Projeto Pedagógico para a Universidade. Disse que não queria entrar no mérito das questões, pois acreditava que cada um tinha sua representação e iria fazer debates com seus pares e iria se legitimar trazendo questões, formulações, sugestões, visando aprimorar o que havia sido apresentado, mas havia tomado a responsabilidade de levar para o Conselho uma metodologia, que no seu entendimento estava adequada, para facilitar o debate e que pudessem colher das reflexões que fariam até a próxima reunião sugestões que aprimorassem e permitissem vivenciar uma constituinte mais democrática possível. Disse ainda que gostaria de fazer mais algumas colocações que acreditava serem importantes, pois haviam surgido algumas dúvidas das falas dos conselheiros: a composição da constituinte, ela necessariamente não tem de atender a composição dos instrumentos legais que conformam os Conselhos Superiores. A

questão era que tinha acontecido de forma rápida e o que havia incomodado foi a pouca divulgação no curto espaço de tempo e o fato de os professores não poderem participar da composição das chapas diretivas, sendo isso muito prejudicial, visto que o hospital é um espaço acadêmico, de ensino e pesquisa e também de extensão. Os espaços não estão sendo ocupados pela Universidade na questão diretiva. O grande problema do hospital é que as Faculdades não estão participando de fato das decisões. São apenas consultivas. Se perguntava para que possuiam um hospital se os cursos que atuam nele não têm direito a voz e voto? Preocupava o modelo de gestão como estava se dando atualmente, porque o grande argumento que se tem da questão dos hospitais universitários no Brasil é o modelo de gestão que se tem e continuamos insistindo nesse mesmo modelo de gestão onde as Faculdades não estão inseridas dentro desse processo. As Faculdades que utilizam o espaço não conseguem opinar e ter voz ativa dentro do sistema. Revelou que tem orientação no corredor do hospital porque a sala fica fechada exclusivamente para a Residência da Oncologia e quando questionavam a direção do hospital era respondido que nada poderiam fazer. Perguntou pelo processo participativo e ampla discussão? A participação de fato das Faculdades que estão inseridas dentro do hospital em relação aos espaços? Acreditava que isso deveria ser ampliado na discussão. O Conselho deveria se posicionar no sentido de que não acontecessem mais processos desta forma. Ressaltou que existem espaços na Universidade que deveriam servir de espaços pedagógicos e não estão sendo utilizados. O h hospital tem muito potencial e gostaria de ter maior abertura lá dentro para atuar como estudante ou pesquisador. Vários cursos d Universidade poderiam estar atuando dentro do hospital e citou vários cursos. Essa mudança é que deveria ser feita e deveriam rever esses espaços e a forma como estão sendo utilizados. Isso começava pelo processo de eleição de suas direções. A seguir, a conselheira Celeste fez sua colocação dizendo que queria falar na linha do conselheiro Maurício havia falado. Disse que também queria deixar registrado seu descontentamento pela forma como ocorreu o processo de eleição. Já tivera oportunidade de conversar com o Reitor e manifestado seu descontentamento, pois o edital havia saído em uma terça-feira, a inscrição de chapas no sábado, a homologação no domingo e a eleição ocorreu na quinta. Disse que poderia não haver nada de ilegal no processo, mas no mínimo era pouco usual, fazendo com que as pessoas não tivesssem o tempo hábil Pra poder fazer as discussões. Era uma bandeira de campanha da atual Administração e por conta disso esperavam que houvesse mais diálogo, mais discussão e mais possibilidade de estarem colocando propostas de construção para o novo HE que todos imaginavam. A questão da participação docente no processo era um complicador também, embora também soubesse que não havia nada de ilegal na forma como fora construído o edital, porém se somos um HE, porque não permitir que os professores também pudessem estar efetivamente construindo esse processo. Tinham muita preocupação em relação a estas questões relacionadas ao HE e as discussões de saúde, porque temos uma proposta e um modelo administrativo que não tem sido falado claramente sobre ele e chegariam ao final do ano com uma perspectiva de demissão de funcionários do HE e da implementação ou não da EBSERH junto ao Hospital Regional vai ser construído para atender Pelotas e região, com 530 leitos. Não iria dizer que não queria um hospital melhor equipado, que pudesse atender com mais qualidade dentro do Sistema Única, mas sabia o que o Governo Federal tem feito para que a adesão à EBSERH se efetive e não estavam fazendo também essa discussão, que foi compromisso da gestão eleita no final do ano passado, quando haviam votado no afogadilho a adesão à EBSRH. Reafirmou que estava registrando que a atitude de fazer um processo corrido, ainda que em onze ou doze dias não servia para a proposta de diálogo que estava sendo colocada antes por esta Gestão. Disse que queria reiterar isso ao Conselho Universitário, que esperava que o que havia acontecido com o hospital não se repetisse também com o debate que precisava ser feito com relação à adesão à EBSERH. O senhor presidente respondeu que essa eleição havia sido proposta de campanha e compromisso dele e do Professor Mauch num ambiente historicamente anti-democrático, onde nenhum tipo de trabalhador tinha acesso à Direção e muito menos havia um interlocução entre hospital e Universidade. Na verdade o hospital era conhecido como Hospital da FAU e não da Universidade. Havia se proposto a fazer a eleição e atender o pleito dos trabalhadores de lá, que

era votar e serem votados. Eles não estavam reivindicando que professores da Medicina ou da Enfermagem devessem ser Diretores. Estavam pleiteando com a certeza de que tinham capacidade técnica instalada para se conduzirem. Havia acreditado neles e apostado neles e atualmente o hospital estava sendo muito bem conduzido. Também havia implementado uma lógica que era a efetiva inserção acadêmica e que todas as ações e programas da sua Gestão. Bastava ver a Farmácia Stratus, que no momento estava totalmente ao lado do Curso de Farmácia, pois era uma farmácia privada, de uma fundação privada onde nenhum professor ingressava. Onde apenas produtos eram feitos para o mercado e atualmente estava sendo transformada em uma farmácia escola com uma gestão participativa do Curso de Farmácia. Da mesma forma, estava a questão do hospital, pois na sua concepção de saúde, ela não se dá através da inserção acadêmica no hospital e sim, em todas as etapas de atenção à saúde, que implica em unidades básicas de atenção à saúde, ambulatório, hospital, CAPES e de forma a integrar esse conjunto de instituições via SUS, criaram uma rede de atenção à saúde UFPel onde todos os cursos de saúde participam. Todos os professores são chamados a participar da Rede Saúde UFPel e já havia sido feito um grande seminário justamente para discutir todos os pontos de atenção à saúde que impliquem efetivamente em atenção curricular e formação de profissionais de qualidade não para o mercado, mas para a sociedade e quando se fala em formação de profissionais para a sociedade se fala para atender o SUS, cuja porta de entrada não é o hospital e esta é uma visão equivocada pensar que a entrada é no hospital, mas o certo é nas unidades básicas de saúde, que estavam valorizando e tentando ampliá-las em comum acordo com a Faculdade de Medicina. Outra forma de inserção acadêmica era justamente a Rádio Federal FM. O conselheiro Maurício Pelegrini estava participando de forma inédita em um conselho que é o Conselho de Gestão da rádio que precisa ainda da construção de um Regimento, mas a própria tem um conjunto grande de bolsistas do Curso de Jornalismo, professores que atuam na Rádio e usam o estúdio da Rádio de forma didática. A idéia era justamente possibilitar uma perfeita integração entre política de gestão e política acadêmica e queriam que o hospital fosse mais um dos elementos importantes nesta simbiose que tinha que se dar de forma indissociada ensino, pesquisa, extensão e gestão. Na questão da EBSERH, disse que tem um compromisso programático e estavam discutindo e buscando a solução que era efetivamente o grande objetivo de sua gestão que era o compromisso de implementar o hospital e já havia sido constituída internamente uma comissão para construir uma metodologia de debate sobre a questão, para que pudessem em breve se debruçarem sobre os documentos que a EBSERH estava preparando em termos de adesão, contratualização que caberia também ao CONSUN se pronunciar no momento adequado. A conselheira Celeste disse que não ficaria em um bate rebate, mas acreditava ser importante que elencassem algumas questões: primeiro, queria dizer a todos que era trabalhadora da saúde, sendo Enfermeira havia mais de vinte anos. Havia ajudado a discutir a implementação das ações integradas no município e poderia afirmar que não tinha a concepção de que o hospital era a porta de entrada do SUS, muito pelo contrário, mas compreendia que ele fazia parte da estrutura de ensino desta Universidade e por conta disso havia sido sua reivindicação de poder estar participando desse processo também. Tinham uma séria de problemas com as Unidades básicas da Universidade que nunca haviam sido discutidos. Talvez fosse o momento de discutirem. Não somente com a Faculdade de Medicina, mas também com as outras Faculdades que têm envolvimento direto com a discussão da saúde e até com aquelas que têm um envolvimento ao lado, teoricamente, como havia mencionado o conselheiro Mauricio, com vários outros cursos que não têm ação específica direta na saúde, mas que têm implicações sobre. Acreditava ser isso importante colocar. A segunda questão que queria lembrar ao Conselho era que quando haviam votado a adesão à EBSERH, tiveram lido pelo próprio Professor Mauro, atualmente Reitor da UFPel, um documento onde dizia que não concordava com a adesão, sem que houvesse ampla discussão. Em maio, quando estivera no Gabinete solicitando audiência para conversar sobre isso o Reitor havia dito que havia constituído uma comissão interna que estava elaborando uma pauta sobre o tema e que em breve estariam fazendo essa discussão e estavam no final de julho, após dois meses da conversa na Reitoria. Queria que o debate fosse feito e a decisão seria tomada, na

medida em que as pessoas tivessem conhecimento e pudessem estar formulando suas posições. Disse que temos, enquanto representante da comissão local contra a privatização da saúde e tem promovido vários encontros para discutirem e não conseguiram um momento onde os conselheiros pudessem esgotar os ouvindo novamente. O Reitor e o Vice-Reitor haviam estado presentes nas reuniões Acreditava que o importante era que o debate acontecesse e deveriam fazer a discussão ir para a rua logo e não poderiam esperar novembro chegar para tomarem a decisão, senão estariam novamente com a espada sobre suas cabeças, tendo que definir sobre o destino de mais de 450 servidores que poderiam passar Natal e Ano Novo sem emprego, como havia sido dito no ano anterior pelo então Reitor Cesar Borges. Queria apenas manifestar que Este precisava ser feito e as pessoas precisavam saber do que significava terem uma empresa pública de caráter privado administrando a Universidade. Precisavam entender o que significa um hospital escola onde um professor não tem nenhum tipo de ingerência sobre a discussão, pois não era um hospital que faz meramente assistência e sim, um hospital de ensino. Precisavam saber o que significa para esta Universidade ter um hospital universitário novo que já estava com uma proposta de oito ou dez andares, o que significava na medida de quem iria administrá-lo. Acreditava que o Conselho não poderia se furtar dessa discussão. Queria reiterar o apelo para que a comissão apresentasse um cronograma mais rápido, para que pudessem ter pautado o assunto publicamente e as pessoas pudessem estar formulando suas questões, fazendo debate e tomar suas resoluções de uma forma mais acertada. O senhor presidente colocou que a Administração estava se reunido dioturnamente fazendo discussões, lançando editais e não se furtava a produzir política acadêmica de ensino, pesquisa e extensão e a constituinte estava ali para mostrar isso. Oportunamente estariam retomando este tema. Sem mais a tratar, o senhor presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às dezoito horas do que para constar, eu _____ Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.